

O poder da polícia

As polícias não são meros instrumentos de poder de grupos dominantes. São atores políticos. Mas as demandas corporativas têm superado os interesses institucionais.

Temos assistido o aumento significativo do poder das polícias nas últimas décadas. Entretanto, isso não resultou no seu fortalecimento institucional. A agenda corporativa de alguns segmentos de policiais tem suplantado os interesses institucionais de autonomia, profissionalização e modernização das organizações policiais

As organizações policiais têm se tornado cada vez mais importantes para a sustentação dos regimes políticos. As antigas funções de manutenção da ordem e controle da criminalidade continuam presentes. Mas nas democracias atuais, o poder de polícias e a forma como ele é aplicado importa muito.

Para o cientista político norte-americano David Bayley, o traço definidor das organizações policiais é a possibilidade do uso da força, caso necessário. Portanto, controlar a atividade policial, especialmente o uso da força, tem sido uma das principais preocupações dos regimes democráticos. Para isso, alguns países além de mudar a legislação penal e processual, têm introduzido normas de condutas, bem como criado órgãos de controle externo da atividade policial.

As polícias atuam para manter a ordem e controlar o crime. E, para isso, os policiais interpretam o que vem a ser ordem e crime. Portanto, as polícias não são meros instrumentos de poder de grupos dominantes. Elas também são atores políticos autônomos, com interesses e agendas próprias.

Frequentemente as demandas corporativas têm superado os interesses institucionais. Em alguns estados, as demandas por mais vagas para o posto de coronel têm suplantado a necessidade institucional de fortalecer a carreira dos praças.

As corporações policiais têm conseguido eleger deputados estaduais, federais e até senadores. Entretanto, muitas vezes a atuação destes parlamentares se restringe à luta por melhores salários e aposentadorias. Estes representantes têm avançado muito pouco nos debates para a reestruturação do sistema policial.

As corporações policiais também têm servido de suporte político para governadores e, mais recentemente, para o presidente. Este apoio, no entanto, não tem servido aos interesses institucionais de promover uma clara separação entre polícia e governo. Ao contrário, são frequentes as notícias de instrumentalização de investigações e operações policiais para constranger adversários políticos.

Há 30 anos, na maioria dos países, os chefes e comandantes de polícia tinham poderes quase ilimitados sobre seus subordinados. Com o surgimento dos sindicatos e associações de policiais, esse quadro mudou radicalmente. Hoje, em muitos países, o poder desses dirigentes diminuiu consideravelmente, sendo constrangido pelos sindicatos que exercem influência cada vez maior dentro das organizações policiais.

O surgimento desses novos atores reconfigurou significativamente o campo da segurança pública. Eles possuem suas próprias agendas e frequentemente se opõem a novas políticas e programas, deixando claro que qualquer política pública de segurança precisa contar com sua participação. Iniciativas como a contratação de funcionários civis, cooperação com organizações não-governamentais e a adoção de metas de desempenho têm encontrado grande oposição.

Não há dúvida que o poder das polícias tenha aumentado. Mas isso não resultou no fortalecimento institucional das polícias. Ao contrário, a proximidade entre policiais e governantes tem comprometido a autonomia funcional. Em alguns estados, temos verificado o enfraquecimento dos protocolos, das cadeias de comando e dos sistemas de supervisão. É hora de usar o poder da polícia para fortalecer o poder de polícia.

